



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 009/2024

*(Plenária Presencial)*

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

### **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA**; Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; João da Luz, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Denise Souza Costa, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escolto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Francyne Rosa, **CEA**; e Andréia Brito Gilli, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

### **CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

### **DEMAIS PRESENTES:**

Íris Cândido, **Administrativo COMUI-CMDCA/SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

### **PAUTA:**

**1. Abertura;**

30 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**  
31 **Comissão de Finanças;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

36 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Vamos lá, boa tarde. Hoje, nós teríamos um

37 momento com a Patrícia Dharma da Amurt, mas a situação da saúde dela em relação ao pé

38 piorou bastante, então ela está totalmente de cama e ela vai ficar de molho, literalmente, um

39 mês. E aí, então, a gente compreende muito neste momento. Então, ela mandou algum material

40 para nós também, depois eu vou estar vendo e socializo com vocês também. Mas assim, que

41 ela melhorar, a gente consegue ter ela para nos auxiliar. Também conversamos hoje sobre

42 alguns ofícios em que a gente tem que estar encaminhando, como por exemplo, para a FASC,

43 um ofício em que a Rose Ceroni solicitou também, e a gente vai colocar junto neste ofício.

44 Também, um outro assunto é que aí o Paulinho trouxe: crianças atípicas ou crianças com laudo

45 nos serviços de convivência e a gente poder fazer uma pesquisa nas instituições, antes até.

46 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O

47 que a gente falou na semana passada, na plenária, discutimos aqui aquele assunto, crianças

48 atípicas, não só da educação infantil, como Smed já tem um método de utilizar, na questão das

49 turmas, da diminuição de indivíduos nas turmas. A gente fazer também e trazer para o serviço

50 de convivência, para o serviço de vínculos, tanto da FASC quanto para a efetiva. Aquela

51 proposta que a gente levantou aqui é de, primeiro, fazer esse diagnóstico, essa pesquisa junto

52 com as instituições, via fórum e fora da convivência, para a gente chegar na mesa da FASC lá

53 na reunião e apresentar o número. Porque às vezes, não tem nada escrito. A gente tem diálogo

54 e esquece, passa muitas coisas. Trazendo ali um número para algo concreto. Então, de parte

55 para a prática. O que fazer? Como fazer? Então, é isso aí que a gente vai fazer. A gente está aí

56 como fazemos essa pergunta juntamente com o Érico, para lançar para eles essa semana ainda

57 essa proposta da pesquisa junto às instituições que têm serviço de convivência. **Carolina**

58 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**

59 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aí também neste mesmo ofício, é solicitar também

60 uma reunião para que a gente possa conversar sobre essas questões. Também sobre as crianças

61 que estão sendo acolhidas que a gente vai estar trazendo. E também uma outra pauta que a

62 gente trouxe o ano passado e acho que não avançou tanto, a gente até poder ver como é que  
63 está esse andamento, que é a facilidade, a facilitação, talvez, dos remédios para as crianças  
64 acolhidas serem de forma mais ágil, né? Então, conforme a criança precisa de uma receita, ter  
65 tanto o sítio, quanto a questão da solicitação. E aí também alguns locais não têm este remédio.  
66 Então, lá tem a expressão que está adquirindo estes remédios. Isso torna tão oneroso. **Rosana**  
67 **Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**  
68 **Apae/Porto Alegre:** Às vezes, dentro da cidade tem locais em que têm para fornecer e a gente  
69 não sabe qual é a porta. Mas tem um fluxo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
70 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Não, mas mesmo que a  
71 criança tenha receita, sabe, às vezes a instituição tem que estar comprando aquela medicação.  
72 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Não tem  
73 no SUS. Não tem na rede, pode judicializar, mas demora. **Sônia Silvestrin, Secretaria**  
74 **Municipal de Saúde – SMS:** Na verdade, o que a gente tinha que ter no SUS era um  
75 alinhamento dos profissionais que atendem, que eles utilizassem, preferencialmente, o leque de  
76 opções que têm, porque nessas patologias, mesmo que afetam a grande maioria das crianças, a  
77 hiperatividade, outras doenças, têm medicamentos caríssimos que têm efetividade muito  
78 semelhante à Ritalina que a gente dá. E que os benefícios são ainda questionáveis. Mas quem  
79 tem poder aquisitivo de comprar e quer comprar para o seu filho, ok, né? Mas eles não têm  
80 efetividade. Até porque quando tem um medicamento muito melhor, a Anvisa, que é quem  
81 normatiza a padronização desses medicamentos, ela lança mão de usar, de ver o que são esses  
82 estudos que validaram o medicamento e eles incluem no SUS. Não na nossa rede básica, por  
83 exemplo, mas incluindo uma farmácia do Estado, onde tu apresenta o laudo, etc. e tal, e tu dá  
84 uma normatizada também na prescrição. E aí, isso é sim um nó na saúde, porque daí tu pega o  
85 psiquiatra que atende e que prescreve o medicamento. Isso é um problema nosso sim, do SUS,  
86 porque acaba onerando não só as instituições, mas onerando o SUS como um todo, porque a  
87 judicialização também é o SUS quem paga. E tem centenas de milhares de pessoas que  
88 recebem medicamento que não é padronizado ainda. Então, eu não sei, Carol, como a gente  
89 poderia, a gente pode até pensar num movimento a médio e longo prazo, de tentar sensibilizar  
90 esses serviços que utilizam, que atendem as pessoas do SUS, não só as que tenham abrigos e  
91 instituições, mas todas, que eles, preferencialmente, utilizassem a medicação que tem no rol de  
92 relação de medicamentos especiais. E eu acho que a gente poderia até, imagina, Carol, eu acho  
93 que a gente poderia até fazer um encaminhamento via CMDCA para a Secretaria da Saúde,

94 porque a gente tem esses espaços e o Leonel é uma pessoa que coordena a assistência  
95 farmacêutica e dá esse norte, inclusive para os serviços. **João Batista Machado da Rocha,**  
96 **Fundação O Pão dos Pobres:** É isso que eu ia fazer uso da palavra. Nós fizemos uma reunião  
97 com o Leonel, aquele grupo. E foi apresentada justamente isso que a gente está tratando aqui,  
98 porque também as organizações que são parceirizadas com a FASC, num momento que lança  
99 na prestação de contas uma quantidade muito elevada de valor de medicação, há o  
100 questionamento, também com muita razão, por que está se comprando tanta medicação. E é  
101 bem isso que a Sônia traz, acho que é um descompasso, às vezes do psiquiatra e, às vezes, não  
102 só do psiquiatra, mas também os efeitos colaterais da medicação. Então, a gente está buscando  
103 alinhar isso, só que não está sendo da rapidez do qual a gente necessita. Então, ainda  
104 continuamos comprando medicação. Quando eu digo comprando são todas as instituições  
105 praticamente, sobretudo as de acolhimento institucional. E me parece que quem estava muito à  
106 frente disso era a Luciana e me parece que ela saiu da FASC. **Carlos Fernando Simões Filho,**  
107 **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Ela não está lá desde janeiro. Cada  
108 pessoa que sai, entra outro. Quando é secretário, não entra ninguém, mas quando é funcionário  
109 comissionado, aí, se está saindo agora, eles repõem. Então, só teria que ver com o presidente  
110 quem será a pessoa que vai ficar com essa dimensão. **João Batista Machado da Rocha,**  
111 **Fundação O Pão dos Pobres:** Porque na última reunião que se fez, ficaram vários  
112 encaminhamentos bem adequados para ser feito, inclusive com a presença do Leonel, não sei  
113 quem é o diretor ali da SAMU, até era aquilo que o Frei colocava, um risco que as instituições,  
114 sobretudo aquelas que estão mais ao extremo de Porto Alegre, quando têm uma necessidade  
115 põem dentro do carro particular da instituição e levam para, isso é um risco tremendo. **Frei**  
116 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E outra coisa é  
117 os laudos, por exemplo, tem criança. Segunda eu estive na reunião da FASC na terça, caso de  
118 uma criança que o laudo está incompleto, por família ou falta de um tempo mesmo médico ali  
119 na zona sul. Um caso gravíssimo. O menino não fala, teve um retardo, teve no histórico dele  
120 uma falta de oxigênio no nascimento, então paralisia cerebral, mas não está lá paralisia  
121 cerebral, as sequelas são de paralisia cerebral, o que garantiria a ele benefícios que poderiam  
122 ser encaminhados, mas para tu conseguir o laudo rápido como a gente precisa, às vezes  
123 demora um tempo, a gente deveria ter um atalho, são crianças com tanto sofrimento e  
124 abandonos, que poderia ter uma central. Como a prefeitura no final, ela é guardiã última,  
125 responsável por esses atendimentos, embora são parceirizados, deveria ter um psiquiatra,

126 neurologista que pudesse laudar mais rapidamente para a gente poder acessar o INSS,  
127 encaminhar uma garantia de proteção para essa criança, mesmo em famílias que a gente atende  
128 na periferia também. Nós conseguimos um professor da UFRGS, o Professor Eurípedes, que  
129 aos meses que ele está aqui, ele atende, porque também muitas famílias demoram um tempo  
130 para conseguir o laudo para poder acessar um BPC, às vezes, poderia dar uma qualidade de  
131 vida, são pobres, às vezes vão no abrigo, porque têm tantas negligências que a família acaba  
132 cometendo por não ter o recurso, mas poderia ser uma ajuda. É trágico. **João Batista**  
133 **Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** O termo aqui usado é o Remune, que é a  
134 Relação Municipal de Medicamentos Essenciais de Porto Alegre. Então, a maioria, como a  
135 Sônia trouxe, esses medicamentos estão aqui, mas há esse descompasso. Inclusive, claro, se a  
136 gente for levantar todos os valores que são gastos com medicação, aí vai quase um milhão de  
137 reais, de todas as organizações. Então, é um valor bem significativo. **Rosana Fernandes**  
138 **Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto**  
139 **Alegre:** Por exemplo, a convite de vocês, aonde o psiquiatra faz esse acesso? **João Batista**  
140 **Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Nas unidades básicas de saúde e tem  
141 uma parceria com o Ministério Público, com recurso, que tem algumas clínicas particulares que  
142 atendem as crianças e adolescentes e também há esse descompasso porque, até novembro essa  
143 parceria. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E elas são serviços. São  
144 serviços, mas entendo que a gente tem essa rede, a gente conhece essa rede, essa rede é  
145 parceira, seja própria, seja na parceria. A gente tem inserção sobre esses serviços. A gente não  
146 pode chegar e conduzir a conduta médica, mas a gente pode orientar. E a gente faz isso muito  
147 na atenção primária, ali nas unidades de saúde. Então, eu acho que agora chegou a vez da  
148 gente ir para essas especialidades. Carol, eu vejo assim, muito possível da gente fazer isso. E  
149 eu penso que a nossa primeira conduta pode ser sinalizar a Secretaria da Saúde e o secretário  
150 de que a gente vem enfrentando, a gente, eu digo as instituições, o CMDCA como um espaço  
151 de escuta dessas instituições e elas prestando o serviço que prestam, que a gente tem visto essa  
152 dificuldade financeira e que a gente gostaria de um espaço para manifestar essas dificuldades e  
153 aí a partir desse momento, não necessariamente com o Leonel, mas com as pessoas lá que  
154 representam a secretaria e essa parceria que é feita, de encaminhar um documento para essas  
155 instituições sinalizando a importância de primeiramente utilizar a relação municipal ou estadual  
156 de medicamentos especiais para depois, então, lançar mão dos outros medicamentos. E esse  
157 que o Frei traz, Frei, isso nós já fizemos, por exemplo, nos óbitos. O que a gente tinha há uns

158 cinco anos atrás? Pessoas que iam a óbito em casa e não são poucas, principalmente idosos,  
159 pessoas com doenças crônicas, elas iam a óbito em casa. E daí chegava na emergência com o  
160 médico, que dá um atestado de óbito para alguém que chegou morto na emergência, não dá. E  
161 aí, a pessoa ficava andando de um lado para o outro. Eu estou falando em óbito porque os  
162 óbitos são muito menos número do que as crianças, a gente vê na realidade. Então, só estou  
163 dando esse exemplo como é possível. Aí o que a gente fez? De tanto essa situação aparecer, se  
164 fez uma parceria com o Hospital Vila Nova e o Hospital Vila Nova hoje tem uma equipe de  
165 médico, enfermeiro e técnico de enfermagem que, quando ocorre um óbito sem nexos, da faixa  
166 etária que for, essa ambulância é chamada. Esse serviço de SVO, que a gente chama de serviço  
167 de verificação do óbito, vai até o domicílio, olha toda a documentação que a pessoa tinha, olha  
168 a condição que a pessoa foi a óbito. Uma vovozinha de noventa anos que tinha um marca-  
169 passo, entende? Ela simplesmente se apagou. E aí se faz o atestado de óbito baseado na  
170 história. Então, isso foi um avanço muito grande para Porto Alegre, porque a gente tirou das  
171 costas da família um problema gigante que era levar tudo para o DML e aí ficar lá com o corpo  
172 dez, doze, quinze dias, entende? Então, eu estou trazendo essa experiência negativa, claro, de  
173 óbito, mas que acontece, e dizendo que daqui a pouco sim, daqui a pouco a gente pode ter um  
174 espaço que se, que possa fazer esses laudos e que agilize o serviço, porque se a gente esperar  
175 um laudo de um neurologista, pode levar um ano. **João Batista Machado da Rocha,**  
176 **Fundação O Pão dos Pobres:** Perfeito, acho que isso aí seria uma consideração interessante.  
177 **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E da mesma forma, em relação a  
178 essas crianças, eu fiquei pensando se essas crianças não poderiam ser pauta de discussão de  
179 rede, por quê? Porque o abrigo e esse espaço que atende essa criança, ele está dentro de um  
180 território. E esse espaço, ele pertence a uma unidade de saúde, ele pertence a um Caps, a um  
181 Cras, a um Creas, ele tem um vínculo ou de saúde ou de serviço social. Será que a gente não  
182 poderia levar esse caso, pegando especificamente esse que o Frei traz, e levar para essa  
183 discussão de rede, onde eu tenho serviços especializados e serviços básicos, e daqui a pouco  
184 juntos dizer não, mas olha só, lá naquele ESCA, que é aquela, do tipo especializada que a  
185 gente tem nove na cidade, nos diferentes territórios, tem neurologista. Vamos discutir esse  
186 caso com neurologista, porque a gente está cada vez mais apostando no matriciamento. O que  
187 é o matriciamento? É a equipe discutir o caso com o especialista ao invés da pessoa ir e ter que  
188 contar toda a história e o médico não saber nada daquela criança, daquela família, que é o que  
189 eu falei na quarta passada, que aí a história cai de paraquedas e ele não tem muitos elementos.

190 Mas se a unidade de saúde, se o Cras, se o Creas traz a situação, daqui a pouco, em dez  
191 minutos o neurologista entende, faz o laudo e toca um BPC. Nós precisamos alinhar nossa  
192 rede, porque a gente gasta muita energia construindo esses espaços nos territórios e quem  
193 precisa não usa, porque é muito difícil. Então, a ideia da rede também, Frei, é essa. **Frei**  
194 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Sim, eu até  
195 entendo, mas no caso hoje, eu acho que tem que ser funcionando assim, a gente participa das  
196 reuniões das redes, da saúde, participa, mas o caso do acolhimento, hoje até a porta de entrada  
197 ficou maior do que ela era. Às vezes, vem tão pouca informação da criança que é abrigada  
198 emergencialmente. Agora, ficamos com, para se ter uma ideia, uma que veio, uma criança de  
199 Cachoeirinha, que nunca passou pelo nosso abrigo, nós gastamos uns oito mil e poucos reais  
200 para cuidar no hospital, uma criança que era de um outro município, que veio com a  
201 determinação do juiz, já tinha uma destinação da Casa Lar, mas a Casa Lar não tinha condições  
202 de cuidar, ficou com a nossa responsabilidade, se nós nunca ter visto a criança, nem o histórico  
203 da criança, uma casa que é nossa. Nós chegamos ter, imagina o galpão, num momento, quatro  
204 crianças em quatro hospitais internadas e tendo que ter um acompanhante vinte e quatro horas  
205 de cada criança. Tu imagina numa equipe de trabalho, tu tirar para cada criança um educador,  
206 três turnos, aí fica, as outras crianças ficam desprotegidas. E é um problema que está no colo  
207 da instituição, quem tem o abrigo, ninguém se importa. Então, está na hora de ter um olhar  
208 diferenciado. Quando a gente diz que os abrigos, vai chegar um momento, agora tem algumas,  
209 que nós não teremos mais instituições que vão assumir essa responsabilidade do tamanho que  
210 é. E o juiz simplesmente dá um canetaço, o promotor manda, tem que acolher em tal situação,  
211 não importa a gravidade, e está cheio, nós temos hoje de saúde mental nos abrigos, a gente tem  
212 vários casos, do espectro autista e o espectro, outros espectros muito, de situações. E está  
213 tudo ali com uma equipe que tem que dar conta de todos os atendimentos e com uma lupa  
214 assim, do tamanho, qualquer coisa de errado que acontece, só se vê o errado. O acerto de  
215 todos os outros casos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
216 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Eu acho que a gente poderia fazer duas provocações.  
217 Então, fazer um ofício para a FASC solicitando que a gente possa ver a que pé parou essas  
218 questões dos remédios para crianças acolhidas e também fazer uma provocação para a Saúde  
219 para que a gente possa, vamos dizer assim, abrir essa porta ou este leque, para a gente ver qual  
220 é os caminhos lá. Provavelmente ali na frente vai se cruzar, né? Tanto com a questão da FASC,  
221 quanto a questão da Saúde por aqui, mas é uma forma de provocar para também ser um pouco

222 mais rápido também, tá? Aí depois eu vejo contigo, Sônia, como é que a gente faz isso. **Sônia**  
223 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Sim, sim. Aí eles provavelmente vão nos  
224 chamar e aí a gente já vai sabendo já, sugere quem que pode participar. **Carolina Aguirre da**  
225 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tá.  
226 Também, gente, nós vamos estar encaminhando para a Smed, eu notei que nós estamos sem a  
227 representação da Smed já algumas plenárias, né? Então, também vamos estar vendo com a  
228 Smed as suas representações. Estava vindo era a Adriana e só que a Adriana estava sem a  
229 suplente dela, se não me engano. Pelo menos eu não me recorde da suplente. E aí agora a  
230 Adriana também não veio mais, mas nós precisamos tanto das instituições, quanto da  
231 prefeitura, a gente precisa de todos os conselheiros aqui. Uma coisa é eventualmente a gente  
232 não conseguir vir, outra coisa é não se fazer mais presente, é diferente, tá? E aí, como  
233 sociedade civil, a gente sempre vai cobrar do governo, porque o governo cobra da gente, então  
234 a gente cobra do governo, tá? Também, quanto a Smed, nós vamos estar solicitando também,  
235 que daí também trouxe o Carlos hoje, trouxe também sobre os termos de parceria em que vão  
236 até o final de 2024 e nós sabemos também que a FASC também vai até final de 24, a Smed  
237 também vai até final de 24. Então, é muita coisa acontecendo e que ainda nós não estamos  
238 vendo movimentações. Então acho que é importante a gente fazer algumas provocações  
239 enquanto conselho para que sejam movimentadas já essas secretarias, porque nós já estamos  
240 no mês de abril e, né, um edital se for aberto, é agora em junho, julho. Ok. Isso? Agora as  
241 comissões. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A  
242 Comissão de Finanças pode começar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
243 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Pode.

244 - COMISSÃO DE FINANÇAS:

245 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** O processo é o 23.0.000142314-2. É da  
246 instituição **KINDER CENTRO DE INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA ESPECIAL**. O  
247 projeto é "Manutenção de atendimento às PCDs". Traz a inscrição em um ofício, com ofício 9  
248 de 2024, datado do dia 5 de abril, em que solicita transferência de saldos livres entre projetos  
249 no valor de R\$ 783.416,60, do projeto "Manutenção de atendimento às PCDs múltiplas", que  
250 foi encerrado em dezembro de 2023, para o projeto "Manutenção dos atendimentos às PCDs",  
251 que é o que está com a carta de captação aberta no momento. Conforme a análise dos  
252 documentos em anexo ao processo, que são os extratos de doações e a resolução 114 de 2023,  
253 verificamos que, em agosto de 2023, foi aprovada, por este conselho, a transferência no valor

254 de R\$ 337.359,63 do projeto "Manutenção e atendimento 2020/2022" para o projeto  
255 "Manutenção e atendimento às PCDs múltiplas", que foi a resolução, então, 114 de 2023.  
256 Ponto dois: a carta de captação do projeto "Manutenção e atendimento 2020/2022" foi  
257 encerrada em dezembro de 2022. Ponto três: no extrato de doações do projeto "Manutenção e  
258 atendimento às PCDs múltiplas", consta o valor de R\$ 669.879,26. Essa carta encerrou-se em  
259 dezembro de 2023. Então, conforme o capítulo um, artigo quarto, da resolução 150 de 2022  
260 deste conselho, inciso terceiro: a solicitação de transferência dos recursos captados excedente  
261 ao valor certificado da carta de captação e ou fora do prazo de validade deverá ocorrer em até  
262 180 dias após o prazo de validade do certificado, observando o objeto original e ao limite de  
263 uma transferência entre certificados de captação. Inciso quarto: após o vencimento do prazo  
264 de 180 dias, a OSC terá mais 180 dias para apresentar justificativa fundamentada, que será  
265 apreciada pelo CMDCA. Em caso de indeferimento do pedido, ou exceder o prazo, este prazo,  
266 os valores serão retornados à conta geral do FUMPIRGS. Então, o encaminhamento da  
267 comissão é: desta forma, a comissão de parecer favorável à transferência de recursos do  
268 projeto "Manutenção e atendimento às PCDs múltiplas", no valor de R\$ 669.879,26, conforme  
269 o extrato anexado ao processo, para o projeto "Manutenção de atendimento às PCDs", e  
270 desfavorável à transferência do restante do valor devido à já transferência de um outro projeto,  
271 que é a resolução 114 de 2023, com base no regramento do inciso terceiro do artigo quarto da  
272 resolução 150 que limita a uma transferência entre projetos. Deu para entender? **Carolina**  
273 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
274 **(Topogigio):** Vocês são favoráveis a uma parte e desfavoráveis à outra parte. Quando pega da  
275 transferência, não é porque já fez outra transferência. **Priscila Balestrin, Parceiros**  
276 **Voluntários:** Então, a gente não é do valor integral solicitado no ofício, mas do valor que é  
277 possível, de um projeto para o outro, e daquele que já foi transferido, já teve uma  
278 transferência. A gente é desfavorável. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
279 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Ok, alguma dúvida? Em votação, quem  
280 é favorável, por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outro?  
281 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O outro é o  
282 Processo 23.0.000112064-6. A OSC requerente é o **NÚCLEO COMUNITÁRIO**  
283 **CULTURAL BELÉM NOVO, NCC BELÉM**. É o Projeto Socioeducacional Seis. Do  
284 relatório. Então, ela reenviou o projeto para análise, porque ele deu entrada em 2023 e agora  
285 que ela está retornando. Projeto aprovado na Comissão de Políticas em 14 de dezembro de

286 2023, através do despacho 26699514. Trata o projeto serviço de convivência de 6 a 14 anos,  
287 atendimento mensal de 110 crianças e adolescentes, divididas em, em 55 no turno da manhã e  
288 55 no turno da tarde. O prazo de execução do projeto são dois anos. O valor do projeto então  
289 é R\$ 655.785,50. Aí a OSC discrimina as despesas, tá? O que é consumo pessoal, terceiros,  
290 permanentes, com a retenção de 5%. No encaminhamento da comissão, então, após análise,  
291 somos de parecer favorável à captação de recursos. Mas aqui eu faço com retenção de 5%.  
292 Quando a OSC encaminhou o projeto, então, ela coloca o valor do projeto que é 655.785,50 e  
293 colocou no demonstrativo de execução financeira, ela colocou a retenção, só que, no entanto,  
294 ela diminuiu. O que no projeto dela daria R\$ 622.000 e alguma coisinha, tá? Então, ontem, até  
295 entrei em contato com a OSC, pedi que ela refizesse e esse documento não chegou. E aí,  
296 considerando a fala dela de que ela já está com alguns apoiadores e doadores, e ela precisa da  
297 carta de captação, então, hoje pela manhã na reunião a comissão entendeu assim, vamos  
298 autorizar, mas com essa ressalva, de que ela vai ter que ajustar, porque o que eu disse ontem  
299 para ela: se tu deixar como tu colocou, teu projeto é 655.000, tu está diminuindo, tu não vai  
300 executar, tu não vai executar, tu teria que ter somado, né? Então, a gente em análise, é parecer  
301 favorável à captação de 688.574,77, que é o valor do projeto, 655.785,50 e mais a retenção de  
302 5% que é de 32.789,27. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
303 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Perfeito. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
304 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tá? Então, a fim de encaminhar, que daí ela fica,  
305 então no parecer a gente faz a ressalva de que a OSC deve corrigir no projeto o documento  
306 627881591, onde constou o total da captação 622.996,22, sendo o correto 688.574,77. E aí a  
307 gente não tranca a OSC. Alguma dúvida? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde –**  
308 **SMS:** Não, você foi ótima. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**  
309 **Assis – CPCA:** Será que, será que não seria, isso é recorrente, essas confusões com as  
310 entidades, né? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**  
311 A gente orienta, ontem eu falei com eles, mas só que eu, como eu, segunda eu falei e pedi, eu  
312 disse: "Eu quero passar ainda quarta-feira, mas eu preciso que tu me encaminhe". Como ela  
313 não encaminhou, e aí hoje na reunião eu disse: "Gente, quem sabe a gente aprova nesses  
314 termos". **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**  
315 Foi de bom senso isso aí, porque foi uma falta de clareza. E outra, que é decisivo depois, no  
316 momento em que ela for executar o projeto, ela vai ter que apresentar um detalhamento e aí o  
317 valor que ela tem aprovado para captar é esse e já vai estar de acordo, porque também vai

318 sofrer alterações até ela captar, então é irrelevante. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
319 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É também. Então, a gente aprova nos  
320 688.574,77, que vai que é o valor. Tá bem? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
321 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Alguma dúvida? Então,  
322 em votação, quem é favorável ao parecer da comissão, levante a mão. Ok, pode baixar.  
323 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
324 **Municipal da Fazenda – SMF:** O outro é o processo 24.0.000029794-8. A OSC é a  
325 **SOCIEDADE EDUCAÇÃO E CARIDADE INSTITUTO SÃO BENEDITO.** Projeto: "A  
326 vida é uma festa". A OSC encaminha o projeto para captação de recursos junto ao Fundo da  
327 Criança e do Adolescente com objetivo de aquisição de maquinário para fabricação própria de  
328 salgados e doces para diversificar os cafés e lanches servidos diariamente na instituição. A  
329 OSC trabalha com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 15 a 17 anos, e  
330 entende que na modalidade de culinária os adolescentes poderão manusear o equipamento  
331 auxiliando com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho em locais como padarias,  
332 confeitarias ou seu próprio negócio. Informa também que grande parte dos atendidos nos dois  
333 serviços, sendo serviço de convivência de 6 a 14, e o serviço de convivência de 15 a 17, só faz  
334 a refeição na instituição. O atendimento do projeto são 317 crianças e adolescentes e suas  
335 famílias e a meta mensal são de atendimento, são 317 crianças e adolescentes. Com a máquina,  
336 a média de produção seria de 10.000 salgados/mês. O prazo de execução é dois anos. Então  
337 ela pede para comprar, é somente material permanente, esse projeto, então, é R\$ 25.448, mas  
338 com 10% de retenção, o total da captação é 27.992,80. Em análise a nossa comissão é de  
339 parecer favorável com a retenção de 10%. Alguma dúvida? **Sônia Silvestrin, Secretaria**  
340 **Municipal de Saúde – SMS:** A minha dúvida é em relação ao manuseio dessa máquina pelos  
341 adolescentes. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**  
342 Mas eu penso que é um trabalho educativo assim. [Falas concomitantes]. **Sônia Silvestrin,**  
343 **Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** É também. Mas a questão de segurança, né? **Frei**  
344 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu posso dizer  
345 que elas são bem seguras, que a gente tem. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde**  
346 **– SMS:** Ah, então tá. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis**  
347 **– CPCA:** Tem todo um treinamento para o uso. Ela só agiliza o processo e as padarias todas  
348 têm. É uma salgadeira. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**  
349 **– SMF:** Mas quem vai manusear são os de 15 a 17, e aí a OSC trabalha. **Carlos Fernando**

350 **Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Eu fiquei pensando  
351 assim, depois daquelas três seminários ali com a equipe da SMDS assim, a gente sempre fica  
352 tentando lembrar da forma da escrita do projeto. E aí agora escutando a Sônia assim, a meta é  
353 o número de adolescentes que vão se vincular e serem atendidos, a entrega das atividades das  
354 metas são os “x” mil salgadinhos. Então, eu sou favorável, mas eu acho que a gente tem que só  
355 ver depois é se isso não vai trancar na SMDS, porque aí está, o objeto não são os “x” mil  
356 salgadinhos. O objeto é a gente conquistar, vincular os adolescentes, mantê-los seguros,  
357 instruídos, alimentados, com atividade, e ainda por cima eles... **Sônia Rejane dos Santos**  
358 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas eu não coloquei como meta os  
359 salgados. A entidade diz: "O objetivo é a aquisição do maquinário para fabricação própria de  
360 salgados para diversificar os cafés servidos diariamente na instituição. E aproveita a máquina  
361 no serviço de convivência de 15 a 17, que entende que na modalidade de culinária os  
362 adolescentes poderão manusear auxiliando eles posteriormente na inserção no mercado".  
363 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:**  
364 Reforço o raciocínio. Eu acho que a gente pode aprovar hoje, mas acho que ele vai trancar na  
365 SMDS. [Falas concomitantes]. É um serviço de convivência? É realmente para atender criança  
366 e adolescente, é para prevenir trabalho infantil, exploração sexual, situação de rua, tráfico de  
367 crianças, é comprar uma máquina para fazer. Então, eu entendo, mas não sei se os colegas.  
368 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas daí vai  
369 cair na mesma linha que se pode, que vem o apontamento, das placas solares que a gente já  
370 respondeu, dizendo com essa colocação, se teve uma economia e se produz, se coloca esse  
371 recurso. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
372 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso aí.  
373 Tá, então em votação: Quem é favorável? **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** Outro?  
374 **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** É  
375 24.0.00004251-6. É um processo para pedido de certificado de captação. **UNIÃO DOS**  
376 **CEGOS DO GRANDE DO SUL.** Projeto Estimulação Precoce para bebês e crianças cegas e  
377 com baixa visão. O presente projeto busca realizar atendimentos especializados em estimulação  
378 precoce visual, fisioterapêutico inicial e atendimento psicológico infantil. O objetivo é garantir  
379 atendimentos especializados em estimulação precoce e psicopedagogia inicial para crianças na  
380 faixa etária de zero a seis anos, sendo subdivididos da seguinte forma: estimulação precoce,  
381 bebês e crianças de zero a três, e a psicopedagogia inicial, crianças de três a cinco, além dos

382 atendimentos de fisioterapia, psicologia infantil. Os objetivos específicos são dois: promover o  
383 desenvolvimento global da infância, por meio da estimulação precoce a crianças com  
384 deficiência visual e favorecer o processo de intervenção precoce e reabilitação de crianças com  
385 deficiência visual, através de atendimentos psicopedagógicos e fisioterapêuticos. Ações  
386 previstas: realização de atendimentos especializados em estimulação precoce, psicopedagogia  
387 inicial, atendimento psicológico e fisioterapêutico para crianças cegas ou com baixa visão. O  
388 pedido de captação deles é para bancar pedagogos, psicólogo, coordenador, mídia social,  
389 fisioterapeuta e serviço de contabilidade. A soma das contratações mensal e para 24 meses vai  
390 dar um valor total de 417.995,64. Tem 5% de retenção, se eles conseguirem, vai ser 20.809,84  
391 retidos. A nossa sugestão e de parecer então ficou, após análise da solicitação, somos de  
392 parecer pelo deferimento do certificado de captação para a OSC, no valor de 417.995,64,  
393 retenção de 5%, 20.809,84. Aí, botamos ali o artigo 4º: certificado para captação de recursos  
394 terá a validade de 24 meses após o CMDCA aprovar em sessão plenária. **Priscila Balestrin,**  
395 **Parceiros Voluntários:** Uma dúvida, Carlos. Por que está separado? Ó, o valor dos 20 mil,  
396 ele já está somado com o valor total do projeto? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
397 **Municipal da Fazenda – SMF:** Já está nos 417? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria**  
398 **Municipal de Governança Local – SMGOV:** Sim. Não precisa botar a retenção ali. **Sônia**  
399 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Nos 417, os 20 mil  
400 estão incluídos ou não? Porque se não, não é 417. **Carlos Fernando Simões Filho,**  
401 **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Já estão incluídos. [Falas  
402 concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
403 **da Cruz – Caimc (Topogigio):** O valor total do projeto tem que ser o valor captado e o de  
404 retenção. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A  
405 nossa observação é no sentido de: se a gente aprovar os 417 mil, a retenção está incluída?  
406 Porque olha o que ele botou, se o total do projeto é 417 com retenção de 20, ele teria que  
407 diminuir, ou vai aumentar. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de**  
408 **Governança Local – SMGOV:** Fica 417 mil menos os 20 mil da retenção, vai sobrar para  
409 eles 396.120, que é o valor daquele quadro ali do meio. Não botei isso, tá. Mas assim, ó, o  
410 valor mensal de cada um dos profissionais, vezes 24 meses dá o valor de 417 menos os 20.899.  
411 Tá? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, o  
412 valor a captar é 417. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
413 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Em

414 votação. Quem é favorável ao projeto, por favor, levantar a mão. Então, **APROVADO POR**  
415 **UNANIMIDADE**. Comissão de Registros?

416 - **COMISSÃO DE REGISTROS:**

417 **Eduarda Roos Enes, Casa do Menino Jesus de Praga:** É, encaminhamos vários, mas  
418 parecer agora não temos. Acho que talvez a disponibilidade de carro para semana que vem, se  
419 ainda der tempo. Quarta-feira pela manhã? Às 9:00, 9:30 tá bom. A gente só tem isso. O resto  
420 só encaminhamento e despacho para parecer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
421 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tá bom. Comissão de  
422 Políticas.

423 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

424 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**  
425 **Alegre, Apae/Porto Alegre:** A gente analisou o processo, fizemos despacho para parecer e  
426 agendamos uma reunião com a OSC VIA VIDA para semana que vem. **Carolina Aguirre da**  
427 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Mais  
428 alguma coisa? Então tá, gente, obrigada. A lista de presença, todos assinaram? Vamos lá,  
429 gente.

430 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos  
431 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia  
432 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.